

CAFÉ, DO COLONATO AO BÓIA-FRIA¹

YOSHIYA NAKAGAWARA²

NAKAGAWARA, Y. Café, do colonato ao bóia-fria. **Semina: Ci. Soc./Hum.**, Londrina, v. 15, n. 3, p. 270-279, set. 1994.

RESUMO: O artigo traça uma visão geral das transformações verificadas na cafeicultura no território brasileiro, particularmente nos Estados de São Paulo e Paraná. Apresenta um estudo sobre as diferentes formas de relações sociais de trabalho e de produção, envolvendo a cafeicultura. Sintetiza o papel social e econômico que o café representou para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Café; trabalhador rural; fronteira.

1 - INTRODUÇÃO

Na formação sócio-econômica do território brasileiro, a cafeicultura representou, como nenhum outro produto agrícola, um papel fundamental na sua ocupação, não só abrindo regiões de mata virgem em várias áreas de fronteiras de expansão pioneira, mas também pela sua repercussão social e política, no cenário nacional e internacional.

Desde a sua entrada no Brasil, em 1727, provocou o surgimento de uma série de atividades, tanto rurais como urbanas, contribuindo na abertura de novas opções econômicas, sendo a base da atividade industrial paulista.

A expansão da cafeicultura pelo território brasileiro, principalmente a partir do início do século passado, alastrando-se pelas regiões fluminenses, paulistas e mineiras teve no Estado do Paraná, a partir da década de 1930, a sua última área de expansão como um "locus" ótimo.

A cultura cafeeira modificou substancialmente o quadro agrário e urbano do Brasil, fazendo com que surgissem relações de trabalho específicas para atender a demanda crescente no mercado internacional. Criou também oportunidades de trabalho e de ascensão social para os imigrantes que vieram ao Brasil, complementando e melhorando a mão-de-obra brasileira, pelo seu aspecto disciplinar, particularmente na área rural.

São transcorridos 263 anos de história do café no Brasil, repleta de fatos que mostram a sua significativa participação na economia brasileira. Neste ensaio pretende-se apresentar a sua importância na vida sócio-econômica brasileira, e trazer reflexões sobre as principais transformações ocorridas nas relações de trabalho, envolvendo essa cultura.

nômica brasileira, e trazer reflexões sobre as principais transformações ocorridas nas relações de trabalho, envolvendo essa cultura.

2 - O PERCURSO SOCIAL E ECONÔMICO

A planta do café é originária da Etiópia na África, sendo levada para a Arábia no século XV, depois, foi para o Cairo-Egito, e, em 1554, já estava em Constantinopla, tornando-se os árabes, os primeiros exportadores de café (TAUNAY, 1945).

No Brasil, introduzido através do Pará região norte (1727), só era comercializado em farmácias, como uma bebida estimulante; foi depois levado ao Nordeste, e em 1760, foi plantado no Rio de Janeiro, já como uma cultura comercial de expressão econômica.

Hoje, há várias recomendações tecnológicas disponíveis para se obter maior produtividade, quer se referindo ao espaçamento mais adequado, combate às pragas e doenças, indicações de variedades conforme as regiões etc.

A cafeicultura brasileira está intimamente associada aos vários fatores de expansão territorial, como: construção de ferrovias e rodovias, instalações de povoados, cidades e implementação de infra-estruturas urbanas. Ainda, essa cultura, na sua primeira fase de expansão em grandes fazendas paulistas, mineiras ou fluminenses esteve associada ao trabalho escravo dos negros e somente a partir do fim do século XIX os imigrantes europeus e asiáticos compõem a mão-de-obra na cafeicultura.

1 - Este artigo é uma versão resumida do artigo publicado em língua japonesa na Revista Rekishi to tiri (História e Geografia). Tóquio, Japão, n. 420, p. 5-16. 1990, com o título original: "**Cafeicultura Brasileira - Transformações e Perspectivas**". Este trabalho teve a colaboração de Paulo Henrique Maravieski Brambilla, acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Londrina.

2 - Departamento de Geociências/CCE - Universidade Estadual de Londrina, Caixa Postal 6001, Londrina, Paraná, Brasil, CEP 86051-970.

Podem ser feitas outras associações mais recentes, como a presença do **"Bóia-Fria"** na força de trabalho rural, cujo contingente é engrossado por ocasião da colheita. O **"Bóia-Fria"** é o trabalhador volante, diarista, composto por homens, mulheres ou crianças que executam tarefas diárias, prestando serviços sem vínculo empregatício com o proprietário e residindo fora das propriedades.

Mas, a maior associação que se faz é a econômica. O café se desenvolveu como cultura de exportação, no interior de formações estruturais sócio-econômicas já existentes no Brasil, sob um modelo marcadamente mercantilista (CANCIAN, 1977), como continuidade à expansão comercial da Europa no Brasil. O elemento fundamental do sistema era a **"grande propriedade monocultural trabalhada por escravos"** (PRADO JUNIOR, 1965 apud CANCIAN, 1977), porém, em um novo quadro internacional, e numa conjuntura diferente daquela que havia gerado a economia açucareira do período colonial, que se desenvolveu no litoral nordestino do Brasil.

A irradiação do café para as fazendas paulistas e mineira, partindo da Baixada Fluminense, encontrou abundância de terras férteis e de baixo valor monetário, facilitando a grande migração e expansão do café para as regiões florestadas, sendo o Norte do Paraná, a sua última fronteira sul apta para a cafeicultura, dada a limitação climática principalmente. Uma outra associação, cujo fator influenciou decisivamente nos rumos da cafeicultura brasileira, foi a geada, temida pelos cafeicultores pois, conforme a sua intensidade, chega a destruir o cafezal, prejudicando as colheitas futuras e causando prejuízos incalculáveis aos cafeicultores.

A seguir, veremos as características e as transformações dessas associações, no tempo e nas várias regiões brasileiras.

3 – CAFÉ, EXPANDINDO FRONTEIRAS

Antes do Brasil, a colônia francesa do Haiti (América Central) era a principal fornecedora mundial do café e, no mercado internacional, a cana-de-açúcar começa a declinar em importância, a partir do decênio 1831/40, pela intensificação da cultura da beterraba pelos europeus (PESSAMILIO, 1978). Cuba também concorria com o Brasil na produção de açúcar, abastecendo o mercado em expansão nos Estados Unidos, com fretes mais baixos e mão-de-obra abundante.

As exigências de infra-estrutura e investimentos não eram grandes, se comparadas ao fator terra, abundante e barata, na época da grande expansão cafeeira, no século XIX, principalmente na região Centro-Sul do Brasil, promissora para o cultivo do café. O Vale do Paraíba (1825-1850) foi o ponto de partida para o Oeste Paulista, com centro em Campinas e estendendo-se até Ribeirão Preto, cujos solos eram mais férteis e topograficamente mais adequados que os do Vale do Paraíba.

De 1860 a 1870, foi o auge da cafeicultura fluminense, mas as lavouras fluminenses se encontravam com os solos já esgotados pela extração contínua de nutrientes

sem a reposição, e as riquezas que eram canalizadas para o Rio de Janeiro passaram a ser concentradas em São Paulo em busca do Porto de Santos. Em 1881 São Paulo já suplanta a produção de Minas Gerais e em 1889 já ultrapassa a produção cafeeira do Rio de Janeiro. Até 1872 o porto do Rio escoava 81% da produção cafeeira do Brasil, perdendo a primazia para o porto de Santos, em virtude da grande produção se concentrar nas férteis terras recém desbravadas do Estado de São Paulo.

No fim do século XIX havia ainda grandes extensões de terras cobertas de mata virgem, com baixa densidade demográfica e os interesses comerciais eram ainda controlados por Portugal e Holanda. O primeiro censo, realizado em 1872, acusou apenas 10.112.061 habitantes, dos quais 1.500.000 eram escravos. A economia de subsistência era prática comum à época, juntamente com a cafeicultura. O progresso demográfico e econômico eram lentos, sendo dinamizados com a entrada de imigrantes, iniciada nessa época, de forma gradativa, atingindo o maior volume de contingente, de 1885 a 1904, quando entraram cerca de 1.200.000 imigrantes, sendo os italianos, a maioria.

As experiências com o trabalho livre na cafeicultura foram introduzidas por fazendeiros paulistas, na segunda metade do século XIX, para substituir ou suplementar o trabalho escravo, pois, a cafeicultura exigia muita mão-de-obra e de forma intensiva durante todo o ano (STOLCKE, 1986). A escravidão só foi abolida em 1888, mas os cafeicultores paulistas já trabalhavam com a mão-de-obra imigrante desde 1847.

4 – MÃO-DE-OBRA IMIGRANTE NA CAFEICULTURA

A agricultura brasileira se intensificou com a vinda dos imigrantes da Europa e da Ásia, passando a se caracterizar como uma atividade empresarial que conferia riqueza, prestígio político e autoridade aos cafeicultores. Um grande fazendeiro paulista o coronel Schimidt, chamado **"o Rei do Café"**, possuía 33 fazendas em Ribeirão Preto e Sertãozinho, com 8.000 colonos distribuídos em mais de 1.000 casas (STOLCKE, 1986).

A paisagem rural era um **"mar ondulado"** de cafeeiros, e onde houvesse solo fértil o cafeicultor plantava café desde que o clima permitisse. Como o engenho de cana, a fazenda de café tornou-se um mundo em miniatura, procurando satisfazer as suas próprias necessidades. Nas fazendas, havia a casa do fazendeiro, estabulários, carpintarias, oficinas, ferrarias, senzalas, terreiros para a secagem do grão colhido, tulhas para armazenagem etc... Entretanto, o modelo de organização empresarial diferia da cultura canavieira escravocrata, porque havia uma imprescindível vinculação com os demais setores produtivos, e a mão-de-obra escrava era suplementada com a mão-de-obra imigrante, dos meados do século passado, e, após a abolição da escravatura, mudam também as relações de trabalho e também a forma de organizar a produção nas fazendas. Surge também um incipiente mercado interno e o imigrante não é só

produtor de alimentos, mas também de bens de consumo manufaturados. Os imigrantes não vieram só substituir a mão-de-obra escrava, pois entraram cerca de 900 mil (subsidiados) entre 1887 e 1900, para 107 mil escravos existentes em São Paulo em 1887 (CASTRO, 1975).

A participação crescente da produção brasileira sobre a produção mundial do café, pode ser vista na tabela 01.

TABELA 01 – BRASIL - PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NA PRODUÇÃO MUNDIAL

1820-29	18.18
1830-39	29.70
1840-49	40.00
1850-59	52.09
1860-69	49.07
1870-79	49.09
1880-89	56.63
1890-94	59.70
1895-99	66.68
1900-1904	75.65

FONTE: Anuário Estatístico do Café
Ministério da Indústria e do Comércio/IBC, 1980

Desde meados do século passado, o café é uma importante fonte de divisas cambiais e influenciou decisivamente na ocupação do território e na formação de uma aristocracia rural, ainda desvinculada dos reais problemas sociais como a preocupação com as condições de vida do trabalhador rural, qualidade da mão-de-obra ou da sua efetiva participação na sociedade. As relações de trabalho evoluíram, do sistema escravocrata para o colonato, praticado intensamente com a crescente participação da mão-de-obra imigrante na cafeicultura.

Entre 1890 e 1929, a produção cafeeira em São Paulo quintuplicou, tornando-se o principal produtor de café do país, e o Brasil se tornou o principal fornecedor de café para o mercado mundial, até os anos 50. O café representava em média 50% da receita de divisas do Brasil, com picos como em 1924, quando a participação do café foi de 74%. Esses dados assinalam a importância da cafeicultura para a vida sócio-econômica, principalmente quando se considera o seu papel como gerador de emprego e renda.

Nesse período e posteriormente até a década de 60, no Paraná, o sistema de trabalho era o colonato, principalmente. Nesse sistema, o salário do trabalhador consistia em uma parte fixa, em função do número de cafeeiros tratados pela família, e, de uma parte variável, proporcional ao número de sacas de café por ele colhidas. Era ainda permitida à família do colono cultivar de forma intercalada aos pés de café, outras culturas como o feijão, arroz ou milho. A família era considerada como unidade, tanto para efeito de contrato como para remuneração, sendo que, o termo "colônia" adquire o significado de conjuntos residenciais próximas à sede rural, distribuídas em distintos planos, onde moravam as famílias dos colonos (BASSANEZI, 1875).

Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 270-279

Na virada do século, aproximadamente 80% da força de trabalho agrícola do Estado de São Paulo estava empregada na produção cafeeira sob o sistema de colonato (STOLCKE, 1986). Este sistema prevaleceu de 1880 até os anos 60 deste século, por cerca de 80 anos.

Nem sempre, o café alcançava um bom preço economicamente rentável no mercado internacional, e o sistema colonato dava flexibilidade aos fazendeiros para enfrentar as flutuações no preço do café, o que não seria possível em sistema de trabalho assalariado. As relações de trabalho eram também marcadas por conflitos entre empregador e empregados. A greve era freqüente, entre 1913 e 1930, por melhores condições de pagamento ou contra limitações do direito de plantio de alimentos (Boletins do Departamento Estadual do Trabalho-SP, citados por STOLCKE, 1986).

O sistema "colonato" permitiu uma rápida ascensão social aos colonos, que, com a economia, conseguia adquirir terras em áreas de expansão cafeeira, intermediada por corretores de empresas de colonização agrícola, sobretudo após 1930, no Norte do Paraná – última fronteira agrícola cafeeira. Nessa época, além da facilidade na aquisição de lotes rurais, o preço da terra era ainda barato (NAKAGAWARA, 1981).

5 – SISTEMAS DE TRABALHO

Anteriormente, ao sistema **colonato**, outras formas foram praticadas, como a **parceria**, introduzida pelos fazendeiros paulistas desde 1847. Neste sistema, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes de seu país de origem até o porto de Santos e adiantava o custo do transporte de Santos até a fazenda, bem como os gêneros e instrumentos necessários aos imigrantes, até que estes pudessem pagá-los com o produto de suas primeiras colheitas. Nas fazendas, os imigrantes cultivavam os seus alimentos e recebiam moradia gratuitamente. Seu pagamento consistia em metade do rendimento líquido do café e das culturas alimentares. Os imigrantes se obrigavam a reembolsar as despesas feitas pelo fazendeiro em seu benefício com, pelo menos, metade de seus ganhos anuais com o café. O contrato inicial não especificava sua duração, mas estabelecia o montante da dívida a cargo do imigrante, devido aos custos de seu transporte e outros adiantamentos. O trabalhador devia arcar com juros por qualquer montante pendente após 2 anos, o que era o caso com outros adiantamentos após 1 ano, e só poderia deixar a fazenda após ter reembolsado suas dívidas. Algumas famílias imigrantes conseguiam saldar suas dívidas nos primeiros anos e se estabelecer por conta, mas geralmente a média se situava em torno de 4 anos. (STOLCKE, 1986).

O sistema de **parceria** foi gradativamente abandonado em São Paulo, após 1857, por um **contrato de locação e serviços**. Assim, ao invés de uma parcela do valor da produção, os trabalhadores recebiam um preço pré-estabelecido por café colhido, e o tamanho da roça de subsistência foi estabelecido em proporção aos pés de café tratados e/ou alugado por uma renda, numa tentati-

va de desencorajar os imigrantes de desviarem trabalho para as culturas alimentares (MORAES, 1870, apud STOLCKE, 1986). E, os trabalhadores livres não mais participavam do beneficiamento do café, revertendo esta tarefa para os escravos, até a década de 1880, quando passou a ser executada por mão de obra assalariada.

Nas fazendas, havia também um grupo de **camaradas**, geralmente homens solteiros ou jovens famílias que viviam na propriedade e recebiam um salário mensal, realizando tarefas diversas, dentro da fazenda. Havia também guardas armados, os **capangas**, para garantir que as ordens dos fazendeiros fossem executadas (COLLETTI, 1908, apud STOLCKE, 1986). Apesar da mentalidade agrícola e empresarial mais aberta dos fazendeiros paulistas em relação aos usineiros do Nordeste, havia certamente formas de coersão inaceitável, só relatadas pelos imigrantes às pessoas da intimidade ou através de poesias (NAKAGAWARA & MORIYA, 1989).

O ano de 1929 representou não só para o Brasil, mas para o mundo, um marco divisor e acelerador das grandes transformações sociais e econômicas. Para a cafeicultura, não poderia ser diferente. Os latifúndios de café se fragmentaram, surgindo muitas pequenas propriedades, iniciadas pelo Estado ou por empresas de colonização estrangeira.

A diversificação agrícola passa a ser praticada nas fazendas pequenas com baixa produtividade e também nas pequenas e médias propriedades, arrojando substancialmente as culturas de algodão e cana-de-açúcar em São Paulo.

3 - NORTE DO PARANÁ, ÚLTIMA FRONTEIRA, NOVAS PERSPECTIVAS

A diminuição da fertilidade das terras paulistas e o desmantelamento da grande propriedade cafeeira após a crise de 1929 fez com que houvesse uma nova migração geográfica em direção à última fronteira cafeeira rumo ao sul do Brasil: NORTE DO PARANÁ. O grande deslocamento se verificou após a década de 1930, porém, já em 1930, um fazendeiro paulista da região de Ribeirão Preto tinha adquirido uma grande fazenda na região norte-nordeste do Paraná, plantando 1,5 milhão de covas de café na região de Cambará.

Atualmente, a população do Paraná está estimada em cerca de 9 milhões de pessoas, sendo que 70% desse contingente está localizado na área urbana. Mas, em 1940, o total da população se encontrava ao redor de um milhão e duzentos mil habitantes, sendo acrescido de mais de 880.000 habitantes, na década seguinte, 1950; e em 1960, praticamente a população foi duplicada, com 4.264.000 habitantes no Estado, mas apenas 30% da população se concentrava na área urbana. Nos decênios 40-50 e 50-60, houve um acréscimo de 71,0% e 101,0% de população, respectivamente, decrescendo para 61,0% no decênio 60-70. A partir da década de 70, o quadro se altera substancialmente, pois, no decênio 70-80 a população cresce apenas 10,7%, reflexo do intenso processo migratório, que será referido posteriormente.

Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 270-279

O grande afluxo migratório das décadas de 40 a 60 sempre se dirigia para a área rural, visando o trabalho na atividade cafeeira. Cerca de 75% da população paranaense se localizava na área rural, nos censos de 1940 e 1950 e, em 1960, ainda havia 68%, dos quais 73,8% da população ocupada nos estabelecimentos agrícolas se concentrava na Região Norte do Paraná.

O grande impulso na abertura dessa nova frente de expansão cafeeira foi dado por um empreendimento imobiliário Colonizador Inglês, que adquiriu junto ao governo do Estado do Paraná, uma área de mais de 500.000 alqueires paulistas e iniciou nos fins da década de 1920, um planejamento de ocupação rural e urbana, baseado na divisão de lotes rurais em pequenas propriedades, dotando a região de uma infra-estrutura básica para o escoamento da produção, através do assentamento de uma ferrovia, em prosseguimento à existente até Cambará, nas proximidades do Estado de São Paulo, e implantação de uma rede de estradas vicinais na região.

Essa Cia. Inglesa, denominada Cia. de Terras Norte do Paraná, vendeu mais de 40.000 alqueires entre 12 e 70 ha e cerca de 70.000 lotes urbanos, com média de 500 m², além de implantação de 63 cidades. Até hoje, ela é citada como um modelo de reforma agrária no Brasil (NAKAGAWARA, 1984).

O desmatamento fez aflorar uma terra fértilíssima, resultado de derrames vulcânicos no passado. A cultura cafeeira foi a força dinâmica que impulsionou e estruturou a vida social e econômica do Norte do Paraná. A densidade demográfica aumentou de 8,9 para 75,9 em 45 anos (1920 e 1965), quando São Paulo necessitou de 72 anos para o mesmo aumento (1872 e 1944) (NICHOLLS, 1971). A expansão da cultura cafeeira foi tão rápida que, a participação paranaense na produção brasileira total, que era de 7,0% em 1940, passa para 52,0% em 1960.

Para se ter uma idéia da importância social e econômico-política que o café representou para o Paraná, basta dizer que em 1960, o Paraná produziu quase 1/3 da produção mundial, metade da produção brasileira, quase o dobro da produção africana e três vezes a produção colombiana.

O apogeu da produção paranaense foi o ano de 1961, quando produziu 21,4 milhões de sacas beneficiadas (vinte e um milhões e quatrocentos mil), com uma população cafeeira de 1.281.000.000 (um bilhão, duzentos e oitenta e um milhões), correspondendo a 54% do Brasil.

A mata virgem, que revestia o Norte do Paraná, foi sistematicamente derrubada, geralmente por empreiteiros especializados contratados para esse fim. A derrubada era seguida de queimada, e as primeiras plantações de café foram feitas em terras recém desmatadas, ao lado de milhares e milhares de madeiras de lei, transformadas em troncos queimados. Até 1950, a economia quase ao nível de subsistência praticada no Paraná, passa a fazer parte da agricultura comercial, influenciada pelo afluxo constante da população, engrossando a população rural e projetando a sua economia.

Além da "Cia. de Terras Norte do Paraná - CTNP",

outras Cias. estrangeiras atuaram no Paraná, como a "Brasil TOKUSHOKU KAISHA - BRATAC", que fundou a Colônia Assaf e a "NAMBEI TOSHI KABUSHIKI KAISHA", que formou a Colônia Uraí, ambas no **Norte do Paraná** a cerca de 50 km de Londrina, sede da CTNP. Essas três Cias. venderam lotes rurais com 30% de entrada e o restante para ser pago parceladamente, em 4 ou 5 prestações anuais. Entre 1930 e 1938, os estrangeiros predominavam sobre os nacionais, como compradores de terras paranaenses. Nessa época, cerca de 33% das propriedades paranaenses já pertenciam aos estrangeiros, principalmente lotes pequenos, de até 50 alqueires.

A formação da propriedade cafeeira paranaense foi diferente de São Paulo, que tinha se estruturado na grande fazenda monocultora. No **Norte do Paraná**, a grande maioria era constituída de pequenos lotes, cujos proprietários eram imigrantes e filhos de imigrantes, geralmente com experiência na cafeicultura em São Paulo, e também migrantes nacionais, procedentes de São Paulo, de Minas Gerais e de Estados do Nordeste.

Mesmo o colonato diferia do modelo paulista, pois a concentração de casas era menor e também o trabalho escravo já tinha se extinguido. Os colonos já não eram imigrantes, que, em sua maioria, já eram pequenos proprietários, comerciantes bem situados ou até profissionais liberais, desenvolvendo atividades nas áreas urbanas. Enfim, o colono imigrante tinha realizado o seu sonho de se tornar proprietário de "sítio", era "sitiante", desenvolvendo seu trabalho sob a base familiar, mas também com a ajuda de colonos nacionais e, em época de colheita havia a suplementação da mão-de-obra volante, por cerca de 60 a 90 dias, dependendo da área plantada com café. Havia também grandes propriedades no **Norte do Paraná**, de 300, 500 ou 1.000 alqueires, com dezenas de casas de colonos, mas eram "ilhas de exceção".

7 - AGENTES DA PRODUÇÃO

No Paraná, os agentes da produção envolvidos nas diferentes relações de trabalho na cafeicultura, são mais complexos e diferem do modelo paulista. O proprietário fundiário também é diferente. A gênese dessa diferenciação se situa no modelo de ocupação dessa nova fronteira agrícola, embora assentado também na cafeicultura, na sua porção norte e oeste do Estado, em uma das regiões de terras mais férteis do Brasil, denominada "**terra roxa**".

Os trabalhadores nas propriedades cafeeiras do Paraná, em 1961, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro do Café/OEA, estavam distribuídos em aproximadamente 290.000 famílias, conforme Tabela 02.

Essas famílias totalizavam 1.455.253 pessoas trabalhando na cafeicultura, entre homens, mulheres e crianças. O quadro demonstra a inferioridade dos proprietários, se comparada a colonos e parceiros. Segundo a condição de produtor, os parceiros eram responsáveis por 57.858 estabelecimentos com café, em 1970, decres-

TABELA 02 - TIPO DE TRABALHADOR NAS PROPRIEDADES CAFFEEIRAS

TIPO DE TRABALHADOR	NÚMERO DE FAMÍLIAS	%
1 - colonos	84.357	29,7
2 - parceiros	62.494	22,0
3 - proprietários e famílias	54.311	19,1
4 - diaristas	34.950	12,3
5 - empreiteiros	18.329	6,5
6 - administrador ou gerente	11.805	4,2
7 - outros	17.676	6,2
TOTAL	283.922	100,0

FONTE: Instituto Brasileiro do Café/OEA, 1961.

cendo para 20.923 estabelecimentos, em 1980, isto é, uma redução de 36.935 estabelecimentos, evidenciando que os parceiros e mesmo os colonos não tinham acesso à terra, salvo algumas exceções. No período de 72/78, o café gerou para o Paraná, cerca de 46% da exportação paranaense e 14,0% da arrecadação estadual, demonstrando a sua importância como geradora de renda.

8 - DESESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA

Nas décadas de 60 e 70, ocorreram grandes transformações na economia paranaense, com a introdução de profundas mudanças de várias ordens. Quase toda a fronteira de expansão pioneira havia sido ocupada com o café, em direção leste/oeste, o solo das regiões onde esse produto tinha sido plantado anteriormente, já começava a mostrar um certo cansaço; as sucessivas ocorrências de geadas, moderadas ou fortes, de 1962, 1963, 1965 e 1969 influíram na diversificação agrícola e no aumento de pastagens; a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, não respeitando as especificidades do trabalho rural heterogêneo e de naturezas diferentes no Brasil, introduz praticamente a mesma legislação trabalhista urbana para o trabalho rural, visando dar maior proteção ao trabalhador, mas na prática, surtiu um efeito contrário, acelerando o processo de evasão da população rural, residente em colônias. Surgiram muitos advogados mal intencionados, que instigavam os trabalhadores a moverem ações trabalhistas contra os proprietários, através de intermediários denominados de "paqueiros". Os proprietários, em sua maioria, não tinham um controle contábil, nem tinham preocupações maiores com os seus trabalhadores, pois o sistema colonato era prática há cerca de 80 anos.

Essa legislação é apontada como uma das causas da destruição do sistema "**colonato**" no Paraná. Por outro lado, no período de 1961 a 1971, observa-se uma erradicação de quase 500.000.000 (quinhentos milhões) de pés de café, liberando uma área de cerca de 730.000.000 ha para as outras culturas, pastagens ou renovação de cafeeiros, estimulada pelo governo e somada à erradicação espontânea.

O Norte do Paraná é a última fronteira sul possível para o café, pois, as condições climáticas do Estado não permitem a plantação além do paralelo sul de 24º, apesar de ter sido plantado além desse limite, principalmente na década de 60, ocupando áreas de baixa produtividade e regiões climáticas não recomendáveis.

As frequentes geadas que ocorreram no Norte do Paraná, prejudicaram muito os cafeeiros. Uma geada forte eleva os preços, porque demora de 1 a 3 anos para voltar a produzir, mas, há uma redução drástica de renda para toda a população envolvida na produção, desde proprietários, trabalhadores rurais, comerciantes aos setores de serviços.

A última geada, considerada severíssima ocorreu em julho de 1975, considerada a geada do século, quando foram danificados 915 milhões de pés de café; outras culturas também foram prejudicadas, como a queda de 25% da cana-de-açúcar, de 80% da safra de trigo, além das pastagens inteiramente queimadas. Após a geada, foram erradicados apenas em um ano cerca de 211 milhões de pés de café. Nessa área, dificilmente o café é replantado. Foi destinada, em sua maioria, para a soja, pastagens e outras lavouras temporárias anuais.

9 - DIVERSIFICAÇÃO E NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO

A introdução da soja no Paraná tem uma rápida ascensão após 1972, propiciada pela facilidade de mecanização, créditos bancários disponíveis para a aquisição de tratores e implementos agrícolas, tecnologia disponível e conjuntura favorável a essa cultura. Além disso, em um mesmo terreno, há possibilidade de duas colheitas anuais, de verão e de inverno. Assim, o trigo passa a ser cultivado na mesma área da soja, durante o inverno, e o binômio soja/trigo passa a dominar as terras paranaenses. Em 1972, quando o café estava praticamente recuperado da geada de 1969, ocorre nova geada, reduzindo a produção seguinte em mais de 45% e também, nesse ano, surge a "ferrugem", nas folhas do café, cujo tratamento eleva o custo da produção.

Em 1973, o preço da soja passa de \$ 42,00 a saca para \$ 120,00, contribuindo para mais erradicação de cafeeiros, por ser também uma cultura de menor risco climático, com rapidez no retorno do investimento. No Brasil, de 1970 a 1980, a área de soja passa de 1.318.000 para 8.744.000 hectares e hoje, produz cerca de 20 milhões de toneladas. E, no Paraná, é mais surpreendente esse avanço, no mesmo período, passando de 304.200 ha para 2.410.800 ha, em dez anos.

A introdução da soja significa tecnologia moderna, mecanização, pouca utilização de mão-de-obra e necessidade de ampliação de mais áreas para plantio, para compensar os altos investimentos, com máquinas e tratores para plantação, tratamentos culturais e colheita. Enfim, um novo sistema agrícola, uma nova mentalidade.

Todos esses fatos acima assinalados, provocaram uma violenta concentração de terras e uma evasão da população paranaense. O processo de ocupação, estru-

turação, desestruturação e nova reorganização agrária foi tão rápido e violento, que os fatos mal puderam ser registrados. Quando foi publicado o censo de 1980, constatou-se que dos 310 municípios paranaenses, 170 apresentaram uma população menor do que a registrada em 1970, localizados principalmente no Norte do Estado (94%) (NAKAGAWARA, 1981).

A maior perda demográfica foi na área rural, com cerca de 1.200.000 habitantes rurais no período 70/80.

Só no Norte do Paraná houve um decréscimo de cerca de 75.000 estabelecimentos rurais, no intervalo de 5 anos, de 70 a 75. Foram incorporados em sua maioria, a outros estabelecimentos vizinhos, pois, se a pequena propriedade foi ótima para o café, não o é para a cultura mecanizada do binômio soja/trigo, e nem para a formação de pastos para a pecuária.

Agora, é o sojicultor e não o cafeicultor, aquele que dinamiza o capital rural, aquele que inova, que incorpora insumos modernos e, começa a surgir uma nova classe rural, constituída de profissionais liberais, como médicos, engenheiros, advogados, comerciantes bem situados e também industriais. Ao lado dos cafeicultores tradicionais ou filhos de cafeicultores, às vezes, estes, são aqueles liberais que, não fazem da atividade cafeeira a sua principal renda, mas uma complementação ou uma forma de investir em terras rurais, prática muito comum na ascensão social no Brasil.

Hoje, nas novas frentes de expansão do café, na região do cerrado em Minas Gerais, há cafeicultores filhos de imigrantes que foram cafeicultores no Norte do Paraná. As cooperativas e os programas de desenvolvimento do governo têm participado ativamente desse processo de conquista de novas fronteiras agrícolas.

O colonato está definitivamente encerrado; muitas colônias foram fechadas ou destruídas. Algumas fazendas mantêm famílias nas antigas colônias, porém, sob assalariamento e sem direito ao cultivo intercalar, para sua subsistência ou como complemento como no sistema colonato, salvo raras exceções.

Geralmente, a cidade é o local de residência do proprietário, reservando para fins de semana, uma vistoria geral na propriedade, ou, quando a sua presença é muito necessária na propriedade. O administrador é uma figura importante no desenvolvimento de suas atividades. Este não é um trabalhador braçal, mas um executor das ordens do proprietário e um mediador nas relações de produção e de trabalho. É também um assalariado, com ou sem comissão.

As propriedades cada vez mais capitalistas, procuram novas tecnologias, novos insumos e é frequente a figura do profissional especializado em difundir tecnologia ou prestar assistência, geralmente na figura do agrônomo, veterinário ou zootecnista.

Estes profissionais são autônomos, executando tarefas e recebendo por tipo de assistência, ou por comissão, dependendo muito do tipo de serviço prestado. Neste particular, as cooperativas têm sido eficientes, além do seu papel na comercialização dos produtos.

Com o advento da modernização tecnológica e mu-

danças na estrutura produtiva, liberando centenas de milhares de famílias das propriedades cafeeiras e não totalmente absorvidas em outras atividades, sejam rurais ou urbanas, surge uma massa de trabalhadores, sem um trabalho fixo, cuja atividade é, além de temporária, pouco remunerada.

10 – BÓIAS-FRIAS, PROBLEMA SOCIAL

Com a decadência do colonato, e, conseqüentemente abandono da colônia, em direção a um núcleo próximo à propriedade ou para as cidades, os ex-colonos passam a efetuar tarefas não fixas, sendo transportados diariamente sobre um caminhão sem muita segurança, para a sua tarefa diária.

Nos povoados, distritos ou mesmo na periferia urbana de quase todos os municípios norte e oeste paranaenses há pontos de recrutamento diário de trabalhadores denominados de "bóias-frias", geralmente mediados por um "gerenciador de mão-de-obra" chamado de "gato". Este, possui uma condução, geralmente em estado precário de conservação, e recebe um percentual da diária de cada bóia-fria. O pagamento geralmente é feito semanalmente pelo proprietário ao gato, que repassa ao trabalhador a quantia já descontada da sua comissão.

No Paraná, o trabalho por tarefa, executado por trabalhadores volantes sempre existiu, desde o início de sua expansão e ocupação. Entretanto, a liberação de um grande contingente rural, procedente das propriedades cafeeiras, foi intensificada pós-60, prosseguindo na década seguinte, conforme exposto anteriormente. E, desprovidos da sua casa, sem terra para plantar as culturas de sua subsistência, repentinamente se vê encurralado pela necessidade de sobrevivência, e passa a vender a sua força de trabalho, perambulando diariamente sobre um caminhão, sem muitas vezes saber o local do seu trabalho, ou a sua tarefa para o dia seguinte.

Evidentemente, nem todo colono se transformou em bóia-fria, como também, em proprietários, porém, alguns pequenos proprietários rurais se transformaram em bóias-frias ou assalariados.

Há muitos bóias-frias que nunca foram colonos, e, acredita-se que o grosso desse contingente já esteja na 2ª ou 3ª geração de trabalhadores volantes no Paraná. O nível educacional é baixo e poucos conseguiram completar o curso primário (4 anos).

A sazonalidade das culturas paranaenses influi também na sazonalidade da oferta de trabalho rural, e, segundo o Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, a demanda média mensal para a safra 89/90 está estimada em torno de 560.800 trabalhadores, para uma área de aproximadamente 6.316.000 ha do Paraná. O período de novembro a dezembro apresenta as maiores demandas, coincidindo com os tratos culturais de verão. A partir de janeiro, a demanda média mensal se situa em torno de 350.000. O gráfico ao lado demonstra as oscilações da demanda, indicando a instabilidade que caracteriza esse trabalho flutuante. Na realidade, é um sub-emprego disfarçado.

Semina Ci. Soc./Hum., v. 15, n. 3, p. 270-279

A qualidade de vida decaiu violentamente, do **colonato** para o assalariamento ou trabalho diário executado por bóias-frias.

PEASE (1973) demonstrou que existia uma diferença substancial a favor das rendas rurais no Brasil, em detrimento às rendas urbanas, que, se não forem 45% superiores à renda rural não permite a compra do conjunto de Consumo Rural enriquecida principalmente com os cultivos alimentares, no colonato.

RIOS (1973) também escreveu que "*apesar da disciplina rigorosa e da rotina do trabalho, devia ser este um dos mais bem pagos do mundo agrário brasileiro*", referindo-se ao trabalho agrícola no café.

11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cafeicultura foi responsável pela transformação da vida agrária, urbana e industrial do Brasil. Do ponto de vista da expansão de frentes pioneiras e implantação de povoados, cidades, casas comerciais, ferrovias e empresas de exportação, talvez nenhum outro produto agrícola possa competir com a sua importância social e econômica. O café é gerador de renda e trabalho, movimentando o comércio e dá dinamismo ao setor de serviços. Embora hoje represente cerca de 10,0% na exportação nacional, já participou com cerca de 70,0%. Apesar de sua pouca participação comercial gera ainda uma receita de mais de 2 bilhões de dólares para o Brasil, anualmente.

O mercado cafeeiro transcende os limites nacionais cuja cotação é feita em bolsas de expressão internacional, como a de Nova York e Londres.

Há no Brasil atualmente, cerca de 300.000 cafeicultores, dos quais aproximadamente 47.000 são residentes no Paraná. Há uma área de cerca de 2,8 milhões de hectares plantados com mais de 4 bilhões de cafeeiros. Nos últimos anos, tem-se observado um acréscimo de áreas em novas regiões do cerrado, de Minas Gerais principalmente, como que retornando ao seu caminho anterior ao Paraná. Entretanto, hoje há muita tecnologia disponível para a otimização da produção, seja em termos de variedades para determinadas regiões, em termos de espaçamento ideal para plantio, em termos de combate às pragas ou doenças, em termos de comercialização ou industrialização.

A cafeicultura foi responsável pela estruturação de uma extensa rede urbana, que é um importante mercado consumidor para a atividade industrial que esse produto impulsionou, fazendo de São Paulo, por volta de 1920, o centro industrial mais importante do Brasil, e em 1940, a maior aglomeração manufatureira da América Latina. Na área rural, propiciou uma aceleração da economia monetária, estimulou novas relações de trabalho além do trabalho escravo, mesmo antes da abolição, e, apesar de uma certa resistência dos fazendeiros, os imigrantes italianos e japoneses, inicialmente introduzidos como trabalhadores na cafeicultura, trouxeram novas contribuições ao Brasil, do ponto de vista étnico e sócio-econômico, melhorando os padrões culturais então vigentes.

Muitos fazendeiros se tornaram comerciantes, grandes empresários ou industriais, enfim, o café estimulou novas atividades sociais, políticas e econômicas.

Entretanto, paradoxalmente, há vários aspectos negativos relacionados a essa cultura. Queremos apontar duas, que merecem reflexão: uma, foi a indiscriminada destruição da mata que revestia as fronteiras de expansão por onde ele se ampliava como um mar verde e ondulante, desgastando o solo e depauperando o meio ambiente; a outra, talvez seja o retrato mais triste da falta de conhecimento e incapacidade do homem em compreender a natureza da sua própria sociedade, e, conseqüentemente, trazendo soluções humanas e em tempo, para melhorar a qualidade de vida coletiva. Neste particular, cito os "bóias-frias" que ficam migrando de uma propriedade a outra, de uma cidade a outra, de um Estado a outro, trabalhando em várias atividades agrícolas, como volantes ou flutuantes, ora na área rural, ora na urbana. O mercado urbano é incapaz de absorver ou atender a sazonalidade da oferta ou demanda da mão-de-obra rural. O fim do colonato trouxe problemas de moradia, de alimentação e de descontinuidade na sua renda. As várias tentativas de melhorar as relações de trabalho, através de sindicatos não têm sido suficientes para melhorar a sua qualidade de vida.

A agricultura cada vez mais capitalizada, os altos custos e os juros dos financiamentos agrícolas, sem o necessário respaldo governamental em termos de política

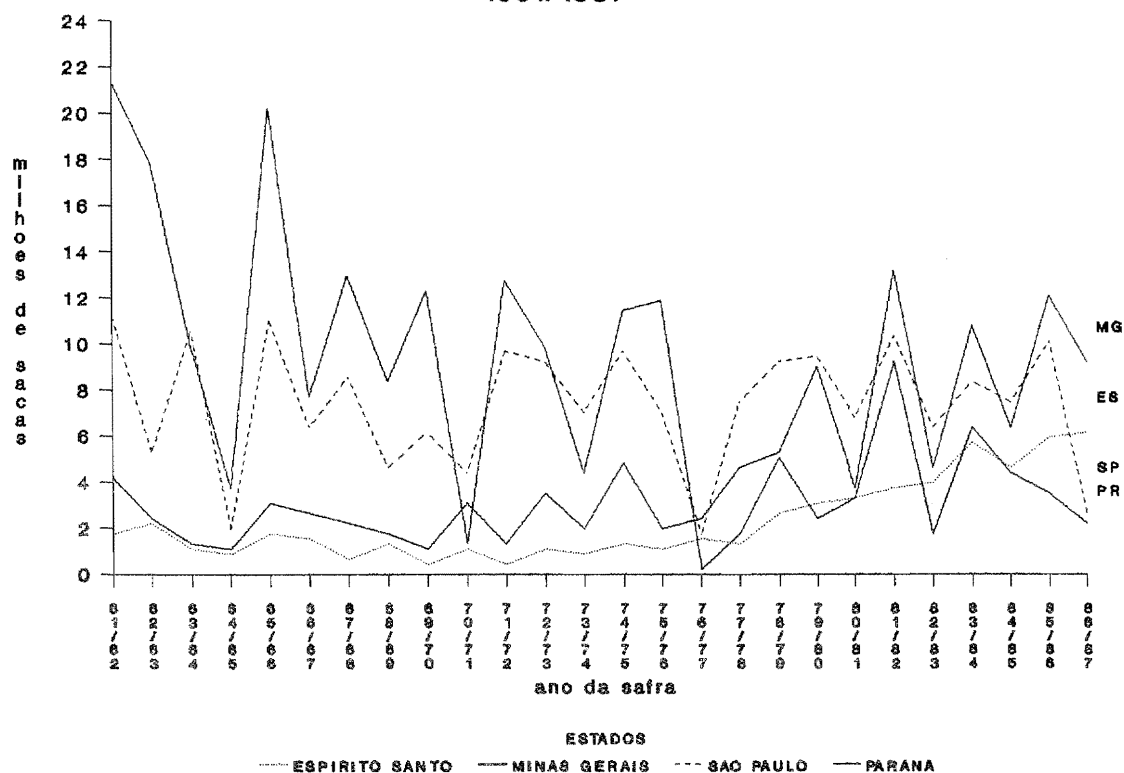
agrícola, tem penalizado muito as relações sociais de produção e de trabalho no Brasil, em cujo contexto se situa a cafeicultura, e a questão dos trabalhadores volantes rurais.

Os trabalhadores rurais chamados de "bóias-frias", não possuem vínculo empregatício, porque são contratados geralmente por intermediários entre o proprietário rural e o trabalhador, recebendo uma diária insuficiente para sobreviver, porque a oferta de trabalho não é contínua, e, além de estar sujeito a oscilações climáticas, paga uma parcela do seu ganho ao "gato", seu intermediário.

Desde que haja uma "política voltada para o café", a médio e longo prazos, integrando a capacidade tecnológica já disponível em entidades de pesquisa ou cooperativas, os atuais estudos já demonstram a viabilidade do café, pela sua produtividade e, para minimizar os riscos de geada, as recomendações indicam uma diversificação agrícola na propriedade, onde o café ocuparia cerca da terça parte, ao lado de outras culturas. Desta forma, o problema mão-de-obra rural poderia também ser resolvido em parte, uma vez que o café ainda não se viabilizou como uma cultura mecanizada e emprega muita mão-de-obra, durante quase todo o ano, gerando renda e dinamizando vários setores de atividade.

Hoje, a cafeicultura não deve mais ser pensada como a mais rentável ou solucionadora de problemas, mas, como uma cultura que, respeitando o seu alcance tecnológico, é uma boa opção para o Paraná e Brasil.

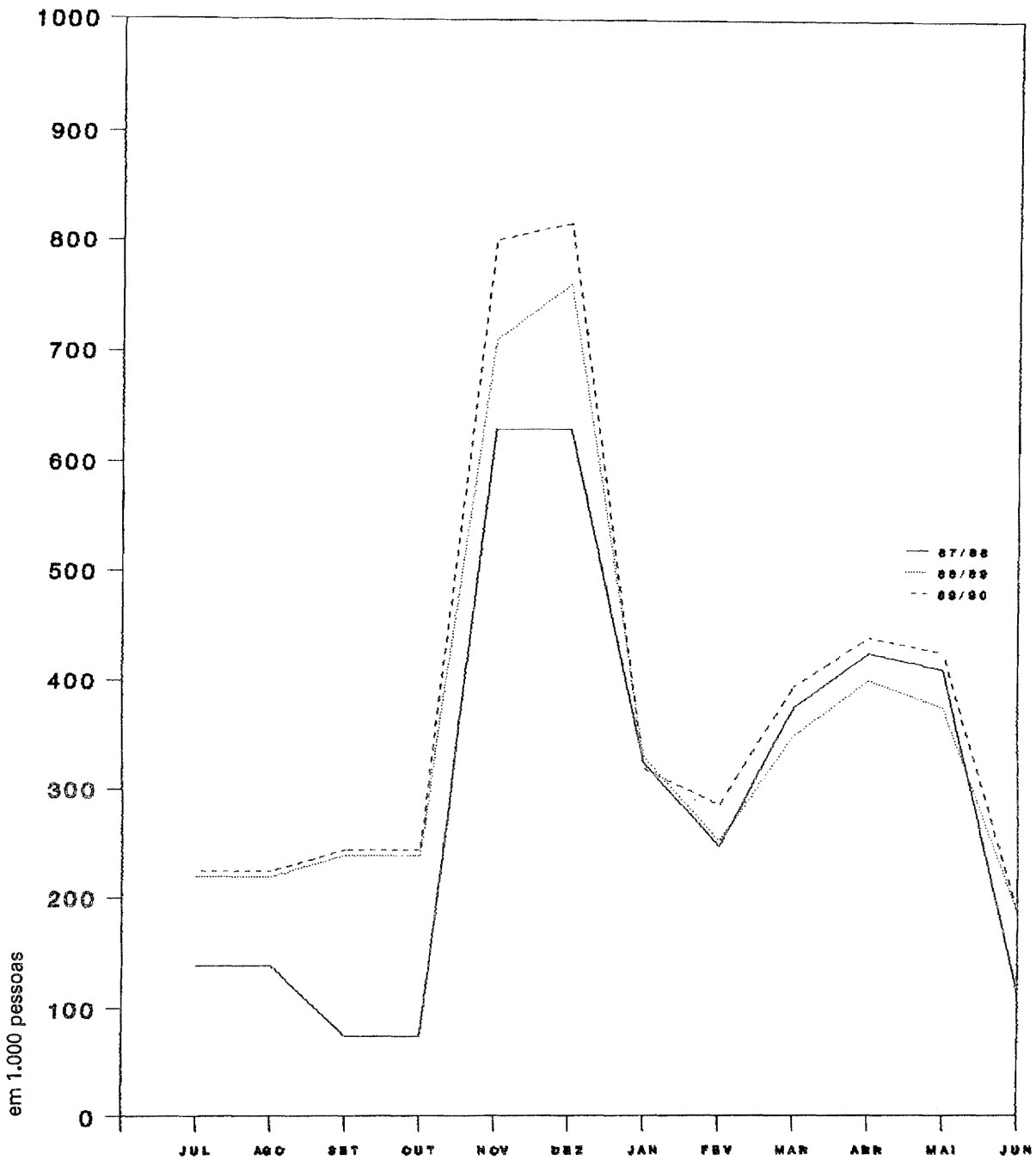
PRODUÇÃO DE SACAS DE CAFÉ ESTADOS: PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO 1961/1987



ORG.: Yoshiya Nakagawara Ferreira

FONTE: Anuários Estatísticos do IBC - Ministério da Indústria e do Comércio

ESTADO DO PARANA DEMANDA DA MAO DE OBRA NA AGRICULTURA



FONTE: SEAB/DERAL

NAKAGAWARA, Y. Coffee, from "colonato" to rural proletarianization. **Semina: Ci. Soc./Hum.**, Londrina, v. 15, n. 3, p. 270-279, Sept. 1994.

ABSTRACT: This article shows a general view of the transformations occurred in the Brazilian coffee agriculture, centred in the states of São Paulo and Paraná. It presents a study on the different forms of social labour force and of production relations which are involved in the coffee agriculture. It sums up the social and economic role that coffee agriculture represented to Brazil as a whole.

KEY-WORDS: coffee; rural worker; frontier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSANEZI, M.C. Absorção e mobilidade da força de trabalho numa propriedade rural paulista (1895-1930). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, 2., 1975, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1975, p. 20-28.
- BOIANOVSKY, M.A. A expansão cafeeira e o movimento migratório (1880-1930). In: Instituto Brasileiro do Café. *O Café no Brasil*. Rio de Janeiro: IBC, 1978. p. 115-149.
- CANCIAN, N.A. *Cafeicultura paranaense 1900-1970: estudo de conjunturas*. São Paulo, 1977. 497p. Tese (Doutorado em História Social) - USP.
- CARNEIRO FILHO, F. *O planejamento da comercialização pelo produtor*. Rio de Janeiro: Planejamento Cafeeiro, 1989. 98p.
- NAKAGAWARA, Y. Questões agrárias e urbanas - interdependência e subordinação - O caso norte-paranaense. *Terra e Cultura*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 93-115, 1981.
- _____. *O papel da Cia. de Terras Norte do Paraná no crescimento de Londrina e da Região Norte-Paranaense*. 1984. 4p. (Mimeo).
- NAKAGAWARA, Y.; MORIYA, N. *História dos imigrantes japoneses através da poesia tanka*. Londrina, [s.d.] Relatórios arquivados no Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais do CCE/UUEL.
- NICHOLLS, W. A fronteira agrícola na história recente do Brasil. O Estado do Paraná, 1920-1965. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 26, 1954.
- PEASE, S. A diferença entre as rendas urbanas e rurais no Brasil. In: Instituto Brasileiro do Café. *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBC, 1973. p. 535-548.
- PESSAMILIO, H.M.R. A dinâmica social do café. In: _____. *O café no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.l.], 1978. p. 5-37.
- PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. 398p.
- RIOS, J.A. O café e a mão-de-obra agrícola. In: Instituto Brasileiro do Café. *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBC, 1973. p. 3-27.
- STOLCKE, V. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital, (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 410p.

Recebido para publicação em 18/11/1993